

"O erro foi acatar o FMT"

A economista Maria Conceição Tavares fez as seguintes observações:

«Toda a discussão está centrada em que o galho maior foi ter aceito o conceito de déficits que o FMI deu. Em vez de contar déficit como a diferença entre receitas e despesas, conta também os encargos financeiros da dívida. Então, estoura o déficit completamente. Como os ministros da área económica aceitaram isso — que é um conceito inteiramente absurdo — graves problemas do encilhamento financeiro foram se agravando nestes últimos meses.

«Por exemplo: foi-se fazendo uma política de serviço da dívida pública intra autoridades monetárias. Vale dizer: o Banco Central, hoje, deve ter em carteira cerca cinco trilhões de cruzeiros de títulos da dívida pública passivos, que não servem para nada.

Um: porque todos os lançamentos que têm feito são muito superiores à capacidade que o mercado tem de os absorver; dois: os poucos que lancaram no mercado foram suficientes para disparar a taxa de deságio, com o intuito aparentemente de forçar a desvalorização dos ganhos da máxi dos ban-

queiros mas, na verdade, elevando a taxa de juros a patamares desvairados. Bom, eles fazem a seguinte contabilidade: pegam essa taxa de juros que eles mesmos fabricam ao entrar no «open» e, com essa taxa corrigem o valor patrimonial dos títulos, que é para manter em equilíbrio as operações do Banco Central.

«Todo esse serviço da dívida, toda essa valorização fictícia dos títulos aparece como déficit do Tesouro. Então, na verdade, as operações de «open market», e a política de dívida pública, tais como estão sendo praticadas fazem um encilhamento financeiro. Para manter em equilíbrio contábil as contas das autoridades monetárias — a pretexto de segurar a valorização dos títulos dos intermediários financeiros — faz um rombo financeiro nas contas do Tesouro.

«E como a indexação dos títulos é feita, agora, em cruzeiros e dólar, isto é, o INPC, a correção monetária e a correção cambial estão iguais e cada vez que sobe um ponto a inflação, dá um estouro financeiro no Tesouro da ordem de 200 bilhões de cruzeiros.

«No segundo adendo que eles fizeram com o FMI, na

carta de intenções, o conceito de déficit público que lá está, 50 por cento é apenas serviço da dívida. Sabe a quanto já está agora? Qualquer coisa na ordem de 70 por cento. Vale dizer: você está obrigado, num esforço de cumprir a meta do Fundo Monetário — que prevê que o saldo final de financiamento do setor público não pode passar de 8,8, quando ele, na verdade, vai estourar para 16 — a cortar, agora, em torno de 30 por cento real. Você vai estar obrigado a cortar, dentro de três meses, 50 por cento, dentro de quatro meses 60 por cento, dentro de cinco meses 70 por cento e mais ou menos dentro de seis meses você vai estar obrigado a cortar tudo. Vai ter que pegar o orçamento fiscal inteiro e passá-lo para o rombo financeiro do Tesouro, que é um rombo fictício.

«E como se você, nos velhos tempos, quando tinha emissões, não cancelasse as emissões todos os anos. Eles não cancelam as emissões de títulos. Eles estocam e acumulam. E lançam, contabilmente, o serviço da dívida, que não é dívida de ninguém. Nem do Tesouro, nem da sociedade. E apenas uma dívida girando sobre si mesma».